



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO N.º

DE 2014

(Do Sr. Vaz de Lima)

Solicita seja convocado o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Aloizio Mercadante, para prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da matéria veiculada na edição n.º 2374 da revista *Veja*, intitulada “Pelo fio do bigode”.

Senhor Presidente:

Requeiro que Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, convoque o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sr. **Aloizio Mercadante**, para prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da matéria veiculada na edição n.º 2374 da revista *Veja*, intitulada “Pelo fio do bigode”.

JUSTIFICATIVA

A revista *Veja*, na sua edição 2374, publicou, à página 59, reportagem sobre o conflito entre as versões dos Ministros da Casa Civil da Presidência, Aloizio Mercadante e o da Fazenda, Guido Mantega, acerca do controle ou não das tarifas de serviços públicos pelo governo federal, com o fito de conter a escalada inflacionária que vem vitimando os brasileiros.

Eis o teor da matéria:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Pelo fio do bigode

É preciso credulidade para comprar a tese oficial de que a inflação está baixa. No seio do poder já há divergências. O governo da presidente Dilma Rousseff passou os últimos três anos e meio insistindo no discurso de que o combate à inflação é uma prioridade. Nem sempre com convicção, como fica evidente cada vez que as autoridades associam — equivocadamente — o rigor contra o aumento de preços com o desemprego. Mas os fatos e os números desmentem a versão ensaiada de que a inflação sempre esteve domada sob as rédeas de políticas monetária e fiscal coordenadas. Os brasileiros testemunham uma realidade distinta cotidianamente. Enquanto a taxa ao consumidor persiste acima de 6% ao ano, próximo ao teto da meta oficial, muitos produtos e serviços encarecem em ritmo superior. Para evitar a espiral inflacionária, o Banco Central elevou a taxa de juros de 7,25% para 11% desde abril de 2013, mas os gastos do governo continuam a crescer acima da inflação e do avanço das receitas, o que exerce uma pressão adicional sobre a demanda e dificulta o trabalho do BC. É por essa razão que não surpreende o descompasso entre os ministros Aloizio Mercadante e Guido Mantega na semana passada. Na ausência de uma política transparente e objetiva de combate à inflação, fica mesmo difícil uniformizar o discurso. Mercadante, da Casa Civil, demonstrou naturalidade ao dizer que o controle de tarifas é parte deliberada da política econômica do governo, enquanto Mantega, o titular da Fazenda, negou tal fato. Não é a primeira vez que Mercadante desagrada ao colega. Há um ano, VEJA revelou que ele agiu nos bastidores pela demissão de Mantega, utilizando como argumento o notório fraco desempenho da economia. No episódio recente, tanto Mercadante como Mantega tinham razão em parte. O primeiro, ao admitir o que todo mundo já sabia, que tarifas de serviços como a conta de luz e o transporte público e o preço de produtos como os combustíveis não sobem mais por decisão política (ainda que travestida de econômica). Mas foi Mantega quem acertou no alvo ao confessar a falibilidade desse modelo, citando reajustes de 18% na energia neste ano, apesar das manobras para evitar o repasse dos custos mais altos do setor. É a prova de que o controle de tarifas, ainda que bem-intencionado, mostra-se ineficaz cedo ou tarde. Ainda pior, produz efeitos colaterais nocivos. Ao interferir nos preços, o governo reduz a eficácia da política monetária, exigindo do BC doses maiores do remédio do aumento dos juros para evitar a propagação da inflação. Além disso, cria distorções em outros setores. Um exemplo é a decisão de segurar o reajuste da gasolina e do diesel a despeito de sua importação a preços mais altos. Ao impor à Petrobras a conta do subsídio, o governo elevou o endividamento da empresa e afetou a sua capacidade de investir. Outra consequência foi derrubar as vendas de etanol,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ajudando a fomentar a crise nesse ramo. São desequilíbrios que nem o discurso consegue mais esconder.”

Diante do noticiado pelo periódico, entendemos que a presença do Ministro Aloizio Mercadante nesta Comissão é de fundamental importância para o esclarecimento dos fatos.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 2014.

DEPUTADO VAZ DE LIMA
PSDB/SP